

REGULAMENTO

DOS

REGIMES ESPECIAIS DE FREQUÊNCIA

ANO LETIVO DE 2019/2020

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| ESTATUTO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE..... | 2 |
| ESTATUTO DO DIRIGENTE ASSOCIATIVO ESTUDANTIL | 5 |
| ESTUDANTE PRATICANTE DESPORTIVO DE ALTO RENDIMENTO | 7 |
| ESTUDANTE MILITAR..... | 8 |
| MATERNIDADE E PATERNIDADE | 10 |
| ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS..... | 12 |
| ESTATUTO DO ESTUDANTE ATLETA | 14 |
| DISPOSIÇÕES FINAIS | 18 |

Ouvidos os órgãos de gestão competentes nos termos estatutários, o Conselho Técnico-Científico do ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão aprovou o presente regulamento dos Regimes Especiais de Frequência para o ano letivo de 2019/2020, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO I

ESTATUTO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE

Artigo 1.º

Âmbito

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se trabalhador-estudante todo aquele que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional, pós-graduação ou programa executivo ministrado pelo ISAG:
 - a) Seja trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral, ao serviço de uma entidade pública ou privada;
 - b) Seja trabalhador por conta própria;
 - c) Frequente um curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses.
2. O estudante a quem tenha sido já reconhecido o direito e se encontre, posteriormente, no mesmo ano letivo, em situação de desemprego involuntário, continua a dele usufruir até ao termo do ano letivo em curso, desde que apresente, nos Serviços Académicos, no prazo de 30 dias a contar do facto, declaração de inscrição no Centro de Emprego.
3. Pode, ainda, requerer o estatuto, o estudante a tempo parcial ou que frequente apenas unidades curriculares isoladas de um dos cursos referidos no ponto 1.

Artigo 2.º

Reconhecimento

1. O reconhecimento do direito depende da entrega, nos Serviços Académicos, de requerimento em formulário próprio, acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral ao serviço de entidade pública ou privada:
 - i) Declaração emitida pela entidade empregadora, de que deve constar, obrigatoriamente, a identificação completa da mesma, o nome do trabalhador, número de beneficiário da Segurança Social, ou da Caixa Geral de Aposentações, consoante o regime de contribuição a que o trabalhador se encontre sujeito;

- ii) Tratando-se de trabalhador cujo regime laboral implique descontos para a Segurança Social, ou estrutura equivalente, deve também ser apresentada declaração emitida pela Segurança Social, comprovativa da inscrição e da efetivação dos descontos até ao segundo mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

b) Trabalhador por conta própria:

- i) Declaração emitida pelos Serviços de Finanças, comprovativa do início de atividade;
 - ii) Declaração emitida pela Segurança Social, ou estrutura equivalente, que comprove a respetiva inscrição e efetivação dos descontos até ao segundo mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.
2. Tratando-se de estudante que frequente curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, incluindo estágios curriculares ou profissionais, com duração igual ou superior a seis meses, deve entregar declaração emitida por entidade autorizada a desenvolver o programa, curso ou estágio, mencionando as datas em que o mesmo teve início e em que terminou ou vai terminar.
 3. A documentação a apresentar nos termos do presente artigo deve ser autêntica ou autenticada nos termos legais.
 4. Os documentos mencionados nos pontos anteriores devem ter data igual ou inferior a 30 dias, com exceção da declaração emitida pelos Serviços de Finanças comprovativa do início de atividade.
 5. Os Serviços Académicos do ISAG podem, a qualquer momento, solicitar quaisquer outros documentos que comprovem a qualidade que o estudante pretende ver reconhecida.

Artigo 3.º

Prazos

1. O requerimento e documentos identificados no artigo anterior devem ser entregues nos Serviços Académicos do ISAG até ao último dia útil de outubro de cada ano letivo. Se as condições necessárias à obtenção do estatuto ocorrerem em data posterior a 30 de novembro, pode, ainda, ser requerido o estatuto no prazo máximo de 30 dias contar da data em que iniciou a atividade, impreterivelmente até ao último dia útil de maio de cada ano letivo.
2. Quem for reconhecido como tendo o estatuto de trabalhador-estudante terá de comprovar, anualmente, que está a exercer atividade profissional até ao último dia útil do mês de outubro.

Artigo 4.º

Indeferimento liminar

1. É causa de indeferimento liminar do requerimento:
 - a) A entrega do requerimento fora dos prazos definidos no artigo anterior;
 - b) A entrega incompleta do pedido;
 - c) A não entrega dos documentos ou não prestação das informações complementares dentro do prazo que venha a ser fixado pelos Serviços Académicos;
 - d) O não preenchimento das condições de elegibilidade.
2. Excetua-se do disposto na alínea b) do número anterior, as situações em que a entrega incompleta é por facto não imputável ao requerente, desde que devidamente comprovada.

Artigo 5.º

Efeitos

Decidido favoravelmente o pedido de atribuição do estatuto, a decisão produzirá efeitos desde a data de início do ano letivo, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

Artigo 6.º

Direitos

1. O trabalhador-estudante a quem tenha sido reconhecido o estatuto não está sujeito:
 - a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares de determinado ciclo de estudos, pós-graduação ou programa executivo;
 - b) A qualquer disposição legal que faça depender o aproveitamento escolar da assistência a um número mínimo de aulas das quais não dependam pré-condições para acesso ao exame final definidas na ficha de unidade curricular;
2. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior, o estudante não está isento da realização de atos de avaliação, inclusive de avaliação contínua, que sejam pré-condição mínima para acesso ao exame final, se este existir e nos termos do que se encontra estabelecido na respetiva ficha da unidade curricular.
3. O estudante a quem tenha sido atribuído o estatuto de trabalhador-estudante pode requerer exames na época de trabalhador-estudante a todas as unidades curriculares em que se encontra inscrito e no prazo estipulado para o efeito.
4. Cada uma das duas épocas de exames existentes, apenas pode ser utilizada uma só vez para cada unidade curricular, no mesmo ano letivo. Se o estudante optar por se inscrever na época de janeiro a março não poderá fazê-lo na época de setembro.

Artigo 7.º

Cessação de direitos

1. Os direitos concedidos ao trabalhador-estudante cessam com:
 - a) A falta de aproveitamento em dois anos letivos consecutivos ou três interpolados;
 - b) A prestação de falsas declarações quanto aos factos de que dependa a concessão do estatuto ou a factos constitutivos de direitos, bem como quando tenham sido utilizados para fins abusivos, sem prejuízo de outras medidas legalmente aplicáveis.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, considera-se “aproveitamento escolar” a aprovação em pelo menos metade das unidades curriculares em que o trabalhador-estudante esteja inscrito num ano letivo.
3. Não contabiliza, para efeitos de aproveitamento escolar, o período de tempo por licença por maternidade ou licença parental ou devido a acidente de trabalho ou doença profissional, desde que não inferior a um mês, e devidamente comprovado documentalmente junto dos Serviços Académicos do ISAG.

CAPÍTULO II

ESTATUTO DO DIRIGENTE ASSOCIATIVO ESTUDANTIL

Artigo 8.º

Âmbito

1. É considerado dirigente associativo todo aquele que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional, pós-graduação ou programa executivo ministrado pelo ISAG, pertencendo aos órgãos sociais de associações de jovens sediadas no território nacional e inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), são considerados como elegíveis nos termos da legislação em vigor.
2. São, ainda, equiparados aos dirigentes associativos estudantis, os estudantes membros da Direção da Associação de Estudantes do ISAG.

Artigo 9.º

Reconhecimento

1. Para efeitos de reconhecimento do estatuto de dirigente associativo jovem do ISAG que pertença aos órgãos sociais de associações de jovens sediadas no território nacional e inscritas no RNAJ, deve ser enviada pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), ou entregue pelo próprio nos Serviços Académicos do ISAG, no prazo de 30 dias úteis após a tomada de posse, a seguinte documentação:

- a) Certidão da ata da tomada de posse nos órgãos sociais indicando a duração do mandato;
 - b) Declaração emitida pelo IPDJ que confirme a inscrição da associação no RNAJ, nos termos da legislação em vigor.
2. Tratando-se de dirigente associativo jovem do ISAG, deve a respetiva Direção remeter aos Serviços Académicos, até ao prazo máximo de 15 dias após a tomada de posse, a lista de estudantes a quem deve ser reconhecido este estatuto. A lista deve referir os seguintes elementos:
- a) Nome completo do estudante;
 - b) Data de tomada de posse e duração do mandato;
 - c) Indicação do órgão que integra e cargo que desempenha.
3. Se no decurso do mesmo ano letivo ocorrer alguma alteração na lista referida no número anterior, essa alteração deve ser comunicada aos Serviços Académicos no prazo máximo de 15 úteis.

Artigo 10.º

Regime de frequência e de avaliação

O dirigente associativo estudantil goza dos seguintes direitos:

- a) Justificação de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertença, no caso de estas coincidirem com o horário letivo ou motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo, devidamente comprovados;
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o estudante não está isento da realização de atos de avaliação, inclusive de avaliação contínua, que sejam pré-condição mínima para acesso ao exame final, se este existir e nos termos do que se encontra estabelecido na respetiva ficha da unidade curricular;
- c) O estudante a quem tenha sido atribuído o estatuto de dirigente associativo jovem do ISAG pode requerer exames na época de trabalhador-estudante a todas as unidades curriculares em que se encontra inscrito e no prazo estipulado para o efeito;
- d) Em cada uma das duas épocas de exames existentes, apenas pode ser utilizada uma só vez para cada unidade curricular, no mesmo ano letivo. Se o estudante optar por se inscrever na época de janeiro a março não poderá fazê-lo na época de setembro.

Artigo 11.º

Cessação dos direitos

A suspensão, cessação ou perda de mandato do dirigente associativo deve ser comunicada aos Serviços Académicos do ISAG, no prazo de 15 dias úteis após o seu conhecimento ou efetivação, desde logo pelo estudante, devendo ser também comunicada pela direção da Associação de Estudantes do ISAG, sem prejuízo de os direitos conferidos no presente capítulo poderem, ainda, ser exercidos até ao final do ano letivo.

CAPÍTULO III

ESTUDANTE PRATICANTE DESPORTIVO DE ALTO RENDIMENTO

Artigo 12.º

Âmbito

1. É abrangido pelo regime especial de frequência o estudante que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional, pós-graduação ou programa executivo ministrado pelo ISAG, seja praticante desportivo de alto rendimento.
2. São considerados praticantes desportivos de alto rendimento os estudantes que, preenchendo as condições legalmente estabelecidas, constam do registo organizado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Artigo 13.º

Reconhecimento

O reconhecimento do estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento depende da entrega, nos Serviços Académicos, de requerimento em formulário próprio, declaração comprovativa emitida pelo IPDJ onde deve constar, obrigatoriamente, a identificação completa do estudante.

Artigo 14.º

Direitos

O estudante praticante de alto rendimento goza dos seguintes direitos:

- a) Relevação de faltas ao longo do período de preparação e participação em competições desportivas, desde que apresente, nos Serviços Académicos declaração comprovativa emitida pelo IPDJ com indicação das respetivas datas;
- b) Remarcação de datas de avaliação para períodos que não coincidam com o período de preparação e participação em competições desportivas, com base na declaração referida na alínea anterior;

- c) Realizar exames na época especial até ao máximo de 24 ECTS.

Artigo 15.º

Cessação dos direitos

Os direitos previstos no estatuto do estudante praticante desportivo de alto rendimento cessam sempre que:

- a) Não obtenha aproveitamento escolar, nos termos definidos na alínea seguinte;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, considera-se “aproveitamento escolar” a aprovação em pelo menos metade das unidades curriculares em que estudante esteja inscrito num ano letivo;
- c) Desista da prática regular da modalidade desportiva ou declare expressamente renunciar ao estatuto.

CAPÍTULO IV

ESTUDANTE MILITAR

Artigo 16.º

Âmbito

É abrangido pelo presente regime especial de frequência o estudante que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional ou pós-graduação ministrado pelo ISAG, se encontre a prestar serviço militar em regime de contrato ou de voluntariado nas Forças Armadas Portuguesas.

Artigo 17.º

Reconhecimento

O reconhecimento do estatuto de estudante militar depende da entrega, nos Serviços Académicos do ISAG, de requerimento em formulário próprio, acompanhado de declaração comprovativa do regime de prestação de serviço militar.

Artigo 18.º

Prazos

1. O requerimento e documentos identificados no artigo anterior devem ser entregues até ao último dia útil de outubro de cada ano letivo. Se as condições necessárias à obtenção do estatuto ocorrerem em data posterior a 31 de outubro, pode, ainda, ser requerido o estatuto no prazo máximo de 30 dias contar da data em que iniciou a atividade, impreterivelmente até ao último dia útil de maio de cada ano letivo.

2. Quem for reconhecido como tendo o estatuto estudante militar terá de comprovar, anualmente, as condições de manutenção do estatuto até ao último dia útil do mês de outubro.

Artigo 19.º

Regime de frequência e avaliação

1. O estudante a quem tenha sido reconhecido o estatuto de estudante militar não está sujeito:
 - a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares de determinado ciclo de estudos ou pós-graduação;
 - b) A qualquer disposição legal que faça depender o aproveitamento escolar da assistência a um número mínimo de aulas das quais não dependam pré-condições para acesso ao exame final definidas na ficha de unidade curricular;
2. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior, o estudante não está isento da realização de atos de avaliação, inclusive de avaliação contínua, que sejam pré-condição mínima para acesso ao exame final, se este existir e nos termos do que se encontra estabelecido na respetiva ficha da unidade curricular.
3. O estudante a quem tenha sido atribuído o estatuto de estudante militar pode requerer exames na época de trabalhador-estudante a todas as unidades curriculares em que se encontra inscrito e no prazo estipulado para o efeito.
4. Cada uma das duas épocas de exames existentes, apenas pode ser utilizada uma só vez para cada unidade curricular, no mesmo ano letivo. Se o estudante optar por se inscrever na época de janeiro a março não poderá fazê-lo na época de setembro.

Artigo 20.º

Cessação de direitos

1. Os direitos concedidos ao trabalhador militar cessam com:
 - a) A falta de aproveitamento em dois anos letivos consecutivos ou três interpolados;
 - b) A prestação de falsas declarações quanto aos factos de que dependa a concessão do estatuto ou a factos constitutivos de direitos, bem como quando tenham sido utilizados para fins abusivos, sem prejuízo de outras medidas legalmente aplicáveis.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, considera-se “aproveitamento escolar” a aprovação em pelo menos metade das unidades curriculares em que o trabalhador-estudante esteja inscrito num ano letivo.
3. Não contabiliza, para efeitos de aproveitamento escolar, o período de tempo por licença por maternidade ou licença parental ou devido a acidente de trabalho ou doença profissional, desde

que não inferior a um mês, e devidamente comprovado documentalmente junto dos Serviços Académicos.

CAPÍTULO V

MATERNIDADE E PATERNIDADE

Artigo 21.º

Âmbito

Estão abrangidos pelo presente regime de estudantes grávidas, puérperas e lactantes, mães e pais estudantes, cujos filhos tenham até três anos de idade, que se encontre a frequentar qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional, pós-graduação ou programa executivo ministrado pelo ISAG.

Artigo 22.º

Reconhecimento

1. O usufruto dos direitos abrangidos pelo presente regime, previstos no artigo seguinte, está dependente da entrega, nos Serviços Académicos do ISAG de requerimento em formulário próprio, acompanhado pelo comprovativo de nascimento do(a) filho(a), prazo limite de 30 dias úteis a contar da data do seu nascimento.
2. Os documentos comprovativos de consultas pré-natais e de doença e assistência a filhos, devem ser entregues na respetiva Escola, no prazo de 5 dias após o término do impedimento.

Artigo 23.º

Direitos

Os estudantes abrangidos pelo regime estudantes grávidas, puérperas e lactantes, mães e pais estudantes, cujos filhos tenham até três anos de idade beneficiam dos seguintes direitos:

- a) Um regime especial de faltas consideradas justificadas, sempre que devidamente comprovadas, para consultas pré-natais, período de parto, amamentação, doença e assistência a filhos;
- b) Adiamento da apresentação ou entrega de trabalhos e da realização de avaliações em data posterior, a definir pelos serviços pedagógicos, sempre que, por algum dos factos previstos na alínea anterior, esteja impossibilitado o cumprimento dos prazos definidos ou a comparência;
- c) A qualquer disposição legal que faça depender o aproveitamento escolar da assistência a um número mínimo de aulas das quais não dependam pré-condições para acesso ao exame final definidas na ficha de unidade curricular;

- d) Dispensa da obrigatoriedade de inscrição num número mínimo de unidades curriculares;
- e) As grávidas e mães têm direito a realizar exames em época de trabalhador-estudante até ao máximo de 24 ECTS, desde que se encontrem estejam inscritas nesse ano letivo. Cada uma das duas épocas de exames existentes, apenas pode ser utilizada uma só vez para cada unidade curricular, no mesmo ano letivo. Se optar por se inscrever na época de janeiro a março não poderá fazê-lo na época de setembro.

CAPÍTULO VI

ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Artigo 24.º

Âmbito

1. Entende-se por estudantes com necessidades educativas especiais (NEE) todos aqueles que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, curso técnico superior profissional, pós-graduação ou formação executiva ministrado pelo ISAG, apresentam dificuldades no processo de aprendizagem e participação no contexto académico, decorrentes da interação dinâmica entre fatores ambientais (físicos, sociais e atitudinais) e/ou limitações nos domínios da audição, da visão, motor, da saúde física e outros, desde que devidamente atestados por especialistas.
2. As NEE poderão ter carácter permanente ou temporário, sendo que, para as de carácter temporário, as medidas previstas no presente Regime Especial serão aplicadas apenas durante o período em que se verificarem.

Artigo 25.º

Reconhecimento

A atribuição do estatuto de estudante com NEE depende do preenchimento dos pressupostos referidos no artigo anterior e da entrega nos Serviços Académicos de requerimento, em formulário próprio, acompanhado de um relatório médico fundamentado, onde estejam identificados com rigor o tipo de incapacidade e a respetiva gravidade, bem como as suas consequências no desempenho académico do estudante.

Artigo 26.º

Prazos

1. O requerimento e documentos identificados no artigo anterior devem ser entregues nos Serviços Académicos do ISAG até ao final do período da 1.ª matrícula ou de renovação de matrícula. O pedido poderá ser entregue noutro período se as necessidades específicas só forem detetadas, posteriormente.
2. Os estudantes com NEE de carácter permanente, só necessitam de requerer uma vez o estatuto e dele fazerem prova.
3. Os estudantes com NEE de carácter temporário, deve ser feita prova da condição, anualmente.
4. Sempre que se considere necessário, poderão ser solicitados outros documentos que complemente o processo individual de cada estudante ou que comprovem a manutenção da situação clínica, sempre que esta seja suscetível de alterações.

5. Compete aos Serviços Pedagógicos decidir sobre a atribuição do estatuto, podendo, previamente, se assim o entender, solicitar parecer sobre o pedido.
6. A não apresentação dos documentos referidos no presente estatuto implica a sua não atribuição ao estudante interessado.

Artigo 27.º

Frequência e acessibilidade

1. Para efeitos de frequência, é aplicável aos estudantes com NEE o estatuto de trabalhador-estudante, nomeadamente, no que se refere a relevação de faltas para eventuais consultas médicas, fisioterapia ou por outra causa que resulte na impossibilidade de comparecer às aulas, devidamente comprovadas.
2. Para os estudantes a quem tenha sido atribuído o estatuto de estudante com necessidades educativas especiais deve-se:
 - a) Ter em consideração, na elaboração de horários, a atribuição de salas com acessibilidade a turmas que integrem estudantes com NEE e, em caso de necessidade justificada, a reserva de lugares adequados nas salas de aula para aqueles estudantes;
 - b) Os docentes, sempre que se justifique e, se possível, devem recorrer a meios técnicos que minimizem as limitações dos estudantes com NEE;
 - c) Os estudantes com NEE têm prioridade na inscrição em turmas práticas ou teórico-práticas e em locais de estágio.

Artigo 28.º

Regime de frequência e avaliação

1. A avaliação dos estudantes com NEE rege-se pelo Regulamento do respetivo ciclo de estudos em que se encontra inscrito, podendo ser introduzidas as devidas adaptações relativamente à duração das provas de avaliação ou ao seu formato (informatizado, registo áudio, caracteres de Braille, entre outros).
2. Para além do regime geral definido para as épocas de exame do ISAG, os estudantes com NEE poderão ter direito a requerer exames de época de trabalhador-estudante, desde que inscritos nas unidades curriculares nesse ano letivo, até ao máximo de 24 ECTS.

CAPÍTULO VII

ESTATUTO DO ESTUDANTE ATLETA

Art. 29.º

Âmbito

É abrangido por este regime especial de frequência o estudante que, frequentando qualquer curso de licenciatura, mestrado, técnico superior profissional, pós-graduação ou programa executivo ministrado pelo ISAG, cumulativamente:

- a) Participe nos campeonatos e competições previstos no artigo seguinte;
- b) Cumpra os requisitos de mérito desportivo que lhe sejam aplicáveis nos termos do artigo 32.º;
- c) Obtenha o aproveitamento escolar mínimo previsto no art. 33.º.

Art. 30.º

Participação em campeonatos e competições

1. Beneficia do estatuto de estudante atleta o estudante que, no ano letivo em que requeira a atribuição do estatuto:

- a) Tenha participado, em representação do ISAG ou da sua Associação de Estudantes ou integrando seleção nacional universitária, em:
 - i) Campeonatos nacionais universitários organizados pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU); ou
 - ii) Competições internacionais universitárias, organizadas pela *European University Sports Association* ou pela *International University Sports Federation*;
- b) Tenha participado nas mais recentes:
 - i) Competições com vista à atribuição de títulos nacionais por federações desportivas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual; ou
 - ii) Competições internacionais com vista à atribuição de títulos europeus e mundiais por organismos internacionais nos quais estejam integradas federações desportivas nacionais; ou
- c) Esteja inscrito como atleta no serviço desportivo do ISAG ou na sua Associação de Estudantes e tenha participado, no ano letivo anterior ao ano em que requeira a atribuição do estatuto, em:
 - i) Campeonatos nacionais escolares; ou
 - ii) Competições internacionais de âmbito escolar.

2. Pode ainda beneficiar do estatuto o estudante que:

- a) Tenha participado, no ano em que requeira a atribuição do estatuto, em campeonatos regionais e nas demais provas de apuramento para os campeonatos nacionais universitários; ou
- b) Esteja filiado em federação desportiva regida pelo Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual (atleta federado).

Art. 31.º

Procedimento

1. O pedido de atribuição do estatuto de estudante atleta depende da entrega, nos Serviços Académicos, de requerimento em formulário próprio, acompanhado dos competentes documentos comprovativos.
2. O pedido deve ser entregue no ato da matrícula/inscrição.
3. A atribuição do Estatuto de Estudante Atleta é da competência dos Serviços Académicos, mediante a verificação do cumprimento dos requisitos e aproveitamento escolar do aluno.

Art. 32.º

Mérito Desportivo

1. No ano letivo em que requeiram a atribuição do estatuto, os estudantes referidos na alínea a), do n.º 1 do artigo 30.º praticantes de modalidades desportivas coletivas devem ter:
 - a) Representado a sua equipa ou seleção em, pelo menos, 60% dos jogos de uma das competições referidas nas subalíneas da referida alínea; e
 - b) Participado, no mínimo, em 75% dos treinos da sua equipa ou seleção, ou em 25% no caso de atletas federados, desde que se realize pelo menos um treino semanal, com exceção dos períodos de férias ou de exames.
2. Os requisitos mínimos de participação em treinos e de representação da equipa ou seleção aplicáveis aos estudantes praticantes de desporto federado referidos na alínea b), do n.º 1 do artigo 30.º, são os que resultem de protocolo celebrado entre o ISAG e a respetiva federação desportiva.
3. Os estudantes referidos nas subalíneas i), das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 30.º praticantes de modalidades desportivas individuais devem ter ficado classificados no primeiro terço da tabela classificativa dos campeonatos e competições nacionais previstos nas subalíneas referidas.

4. Os estudantes referidos na subalínea i), da alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º devem ter ficado classificados no primeiro terço da tabela classificativa dos campeonatos nacionais escolares previstos na subalínea referida.

Art.º 33.º

Aproveitamento escolar

1. Para beneficiar do presente estatuto, os estudantes devem ter obtido, no ano letivo anterior àquele em que requeiram a atribuição do estatuto, aprovação, no mínimo, a 36 créditos ECTS, ou a todos os créditos em que estiveram inscritos, caso o seu número seja inferior a 36.
2. O disposto no número anterior não é aplicável aos estudantes que requeiram a atribuição do estatuto no ano letivo em que estão inscritos pela primeira vez num determinado ciclo de estudos, sendo apenas exigível a verificação dos requisitos constantes da alínea c), do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 4 do artigo 32.º.
3. Não terá lugar a aplicação do disposto no número anterior aos estudantes que ingressem pela primeira vez num determinado ciclo de estudos através do regime de mudança de par instituição/curso, caso em que deverá ser apresentado comprovativo de aproveitamento escolar.

Art. 34.º

Deveres

Constituem deveres do estudante atleta do ISAG, designadamente, os seguintes:

- a) Observar o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) Desenvolver a prática desportiva de forma exemplar, em cumprimento das regras éticas e desportivas de cada modalidade;
- c) Defender e respeitar a imagem e os valores do ISAG.

Art. 35.º

Direitos

Os estudantes atletas reconhecidos nos termos do presente estatuto gozam dos seguintes direitos:

- a) Prioridade na escolha de horários ou turmas cujo regime de frequência melhor se adapte à sua atividade desportiva, desde que tal seja devidamente comprovado por parte do requerente;

- b) Relevação de faltas que sejam motivadas pela participação efetiva em competições oficiais da modalidade que representam;
- c) Possibilidade de alteração de datas de momentos formais de avaliação individual que coincidam com os dias dos campeonatos e competições referidas nas alíneas a) e b) do artigo 30.º;
- d) Possibilidade de requerer a realização de dois exames anuais ou equivalente em época especial de exames.

Art. 36.º

Duração

O estudante atleta beneficia do estatuto conferido pelo presente Regulamento até ao fim da época especial de exames do ano letivo em que este lhe tenha sido atribuído.

Art. 37.º

Cessação dos direitos

Os direitos previstos no presente Estatuto cessam sempre que, comprovadamente, o estudante atleta:

- a) Não obtenha aproveitamento escolar, nos termos previstos no art. 33.º;
- b) Desista da prática regular da modalidade desportiva;
- c) Declare expressamente renunciar ao Estatuto.

Art. 38.º

Acompanhamento

Compete ao Conselho de Direção acompanhar o cumprimento das normas legais e regulamentares previstas no presente Estatuto.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39.º

Infrações

1. Considera-se infração todo o ato praticado pelo estudante que seja contrário ao disposto no presente Regulamento.
2. Sem prejuízo das sanções já previstas no presente Regulamento, o estudante que infringir as suas normas fica sujeito a um processo disciplinar, podendo o Conselho Disciplinar aplicar como sanção a anulação da matrícula.

Art. 40.º

Dúvidas e omissões

1. As omissões e as dúvidas de interpretação do presente Regulamento são resolvidas pelo Conselho de Direção, Conselho Técnico-Científico ou Conselho Pedagógico (ou dos órgãos que, nos termos estatutários, lhes sucedam), consoante a natureza dos casos.
2. Qualquer requerimento deverá ser apresentado por escrito, em formulário próprio fornecido pelo ISAG, dirigido ao órgão competente;
3. A decisão sobre os requerimentos é proferida no prazo máximo de 5 dias úteis após a sua receção, exceto durante o mês de agosto.

Art. 41.º

Revisão do regulamento

O presente regulamento será objeto de supervisão e fiscalização pelo Conselho Técnico-Científico, Conselho Pedagógico e Conselho de Direção, podendo ser revisto após o decurso de um ano letivo a contar da sua entrada em vigor.

Art. 42.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor logo que aprovado pelo Conselho Técnico-Científico, depois de ouvidos o Conselho Pedagógico e o Conselho de Direção.

Aprovado na sessão do Conselho Técnico-Científico de 22 de julho de 2019

O Presidente do Conselho Técnico-Científico

Prof. Doutor Victor Tavares



